

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.919 - RS (2019/0300401-9)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
YARA NASARIO - RS014162
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : VALMIR BARBOSA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de **VALMIR BARBOSA**, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul no Agravo em Execução n. 0261042-032.2018.8.21.7000, cujo acórdão foi assim ementado (e-STJ, fl. 165):

AGRAVO EM EXECUÇÃO ARTIGO 197, DA LEP).
DETRAÇÃO E REMIÇÃO. INCONFORMISMO DEFENSIVO.

Não há como se conceder a detração ou remição quando o pedido se refere a um período de prisão provisória anterior à data do delito pelo qual o apenado cumpre pena privativa de liberdade. Admitir estes institutos, nestas circunstâncias, seria beneficiar o apenado com a chamada conta-corrente do tempo segregado, gerando a existência de um "saldo" em favor do apenado.

AGRAVO DESPROVIDO.

A impetrante alega que, "ao analisar o relatório da vida carcerária do paciente, constata-se que ele faz jus ao benefício da detração no que tange ao período no qual esteve preso preventivamente por fato anterior" (e-STJ, fls. 4).

Requer, liminarmente, a suspensão do *decisum* impugnado. Quanto ao mérito, pretende a detração dos períodos em que o reeducando esteve preso cautelarmente.

É o relatório.

Decido.

Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

Passo à análise das razões da impetração, de forma a verificar a ocorrência de flagrante ilegalidade a justificar a concessão do *habeas corpus* de ofício.

Postula-se no presente *habeas corpus* reconhecimento do direito de o paciente realizar a detração das penas por ele cumpridas a título provisório.

Sem razão a impetrante.

Com efeito, segundo entendimento firmado por esta Corte Superior, a

Superior Tribunal de Justiça

detração do tempo de segregação preventiva efetivada em processo diverso somente pode ocorrer se o crime pelo qual se cumpre pena atualmente for anterior ao período pleiteado.

Confirmam-se, os seguintes julgados:

RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. ART. 42 DO CP. DETRAÇÃO. TEMPO DE PRISÃO PREVENTIVA CUMPRIDA EM AÇÕES PENAIS DIVERSAS. POSTERIOR ABSOLVIÇÃO. CÔMPUTO DO PERÍODO DE CUSTÓDIA PROCESSUAL NA PENA EM CURSO. IMPOSSIBILIDADE. CRIME PRATICADO EM DATA POSTERIOR À SEGREGAÇÃO CAUTELAR.

1. A detração do tempo de segregação preventiva efetivada em processo diverso somente pode ocorrer se o crime pelo qual se cumpre pena atualmente for anterior ao período pleiteado.

2. Na espécie, o período de prisão processual que se pretende descontar se refere ao ano de 2010, ao passo que o crime pelo qual o recorrido cumpre pena atualmente foi praticado somente em 29-11-2011. Ausência de direito ao benefício.

3. Precedentes de ambas as Turmas da 3ª Seção do STJ.

4. Recurso especial a que se dá provimento para restabelecer a decisão de piso que indeferiu o pedido de detração.

(REsp 1493990/RS, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 04/12/2014, DJe 15/12/2014)

EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS. DETRAÇÃO. AGRAVO EM EXECUÇÃO JULGADO. WRIT SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. INVIABILIDADE. VIA INADEQUADA. PRISÃO PROCESSUAL QUE PERDUROU NO PERÍODO DE 20.07.2007 A 30.08.2007. POSTERIOR ABSOLVIÇÃO. EXECUÇÃO RELATIVA A CRIME PERPETRADO EM DATA POSTERIOR. INCIDÊNCIA DA DETRAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. VEDAÇÃO DO PRINCÍPIO DA "CONTA-CORRENTE". FLAGRANTE ILEGALIDADE. INEXISTÊNCIA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

1. É imperiosa a necessidade de racionalização do emprego do habeas corpus, em prestígio ao âmbito de cognição da garantia constitucional e em louvor à lógica do sistema recursal. In casu, foi impetrada indevidamente a ordem como substitutiva de recurso especial.

2. Na hipótese em apreço, inexistente flagrante ilegalidade, pois é admitida a detração em relação a fato diverso daquele que deu azo à prisão processual; contudo, somente em relação a delitos anteriores à segregação provisória, sob risco de se criar uma espécie de crédito contra a Justiça Criminal. Precedentes.

3. Habeas corpus não conhecido.

(HC 261.455/RS, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 06/05/2014, DJe 14/05/2014)

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. FALTA GRAVE CONSISTENTE NA FUGA DO APENADO. INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. DESNECESSIDADE. AUDIÊNCIA DE JUSTIFICAÇÃO REALIZADA. AMPLA DEFESA E CONTRADITÓRIO

Superior Tribunal de Justiça

ASSEGURADOS. INTERRUÇÃO DO PRAZO PARA OBTENÇÃO DE BENEFÍCIOS. PROGRESSÃO DE REGIME: CABIMENTO. LIVRAMENTO CONDICIONAL E INDULTO: AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. PEDIDO DE DETRAÇÃO. CRIME COMETIDO APÓS A PRISÃO PROVISÓRIA EM OUTRO PROCESSO. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO ART. 42 DO CÓDIGO PENAL. PRECEDENTES. ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA.

1. Conforme reiterada manifestação desta Corte, a Lei de Execuções Penais não impõe a obrigatoriedade de instauração de procedimento administrativo disciplinar, sendo suficiente a realização de audiência de justificação, com a garantia ao apenado do exercício do contraditório e da ampla defesa, o que foi observado na hipótese.

Precedentes.

2. O cometimento de falta grave, embora interrompa o prazo para a obtenção do benefício da progressão de regime, não o faz para fins de concessão de livramento condicional, por constituir requisito objetivo não contemplado no art. 83 do Código Penal. Súmula n.º 441 deste Tribunal.

3. Só poderá ser interrompido o prazo para a aquisição do benefício do indulto, parcial ou total, se houver expressa previsão a respeito no decreto concessivo da benesse. Precedentes.

4. Esta Corte Superior de Justiça firmou posicionamento no sentido de ser cabível a aplicação da detração em processos distintos, desde que o delito pelo qual o sentenciado cumpre pena tenha sido cometido antes de sua segregação cautelar. Precedentes.

5. Ordem parcialmente concedida tão somente para, reformando o acórdão impugnado, restringir a interrupção do prazo apenas para fins de progressão de regime.

(HC 171.363/RS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 18/08/2011, DJe 01/09/2011)

Na hipótese, o período de prisão cautelar em relação ao qual se pretende a detração é anterior ao cometimento da infração em que o paciente passou a cumprir a pena privativa de liberdade, consoante se extrai do seguinte trecho do acórdão:

Inicialmente, destaco que a detração em processo distinto só pode ser operada quando a data do fato que ensejou o processo-crime em que o apenado encontra-se condenado for anterior à data do delito em que restou decretada sua segregação cautelar. *In casu*, o apenado encontra-se cumprindo pena por fato delituoso praticado na data de 13MAR2017, sendo que os períodos em que se busca a detração são anteriores (28MAR2014 a 18NOV2014 e 11MAR2016 a 10AGO2016).

Assim, inviável se conceder a detração ao agravante, pois o fato pelo qual foi condenado é posterior àquele que busca detrair. (e-STJ, fl. 167)

Inexiste, portanto, constrangimento ilegal a justificar a concessão da ordem de ofício.

Diante do exposto, **não conheço** do *habeas corpus*.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Cientifique-se o Ministério Público Federal.
Sem recurso, arquivem-se os autos.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator

